

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/20/PE-SS  
REGISTRO DE PREÇOS 07/20/PE-SS - SRP**

**ANEXO - I  
TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. Objeto do Termo de Referência:** Registro de Preços para aquisição eventual e parcelada de material hospitalar, laboratorial, odontológico e raio-x, conforme especificações e quantidades máximas descritas a seguir:

**1.1. Objeto detalhado:** Aquisição de material hospitalar, laboratorial, odontológico e raio-x, incluindo medicamentos classificados como comuns, destinados a atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Ipaporanga.

**LOTE I - MEDICAMENTOS COMUNS**

**LOTE I - MEDICAMENTOS COMUNS**

Item	Quant.	Especificações dos Produtos	Unidade
1	400	Acetato de dexametasona 1mg/g - creme dermatológico	Bisnaga
2	300	Aciclovir 200mg	Comprimido
3	1500	Ácido acetilsalicílico 100mg - infantil	Comprimido
4	3000	Ácido ascórbico 100mg/ml solução injetável, ampola com 5ml	Ampola
5	1000	Ácido tranexâmico 250mg/5ml - solução injetável ampolas de 5ml	Ampola
6	200	Amicacina 500mg	Ampola
7	500	Aminofolina 24mg/ml solução injetável, ampola de 10 ml	Ampola
8	1500	Amiodarona cloridrato 150mg solução injetável	Ampola
9	150	Amióxicilina 250mg/ml suspensão frasco 150 ml	Frasco
10	2000	Ampicilina 1g pó estéril para injeção com diluente, frasco e ampola de diluente	Ampola
11	2000	Ampicilina 500mg pó estéril para injeção com diluente frasco e ampola de diluente	Ampola
12	1000	Azitromicina diidratada 500mg comprimido	Comprimido
13	1200	Benzilpenicilina benzatina 1200.000ui pó para solução injetável com diluente	Ampola
14	2000	Benzilpenicilina potássica 5.000.000ui pó para solução injetável com diluente, amps mais 50 ampolas de diluente	Ampola
15	1000	Benzilpenicilina benzatina 600.000 ui-pó para solução injetável com diluente	Ampola
16	500	Besilato de anlodipino 5mg	Comprimido
17	100	Betametasona(fosfato) com dipropionato de bemetasona 2 mg + 5mg com solução injetável, ampola de 1 ml	Ampola
18	100	Bicarbonato de sódio 8,4%, ampolas de 10 ml	Ampola
19	200	Brometo de fenoterol 5 mg/ml solução oral, frasco com 20 ml	Frasco
20	200	Brometo de ipratrópio 0,025% - solução para inalação frasco com 20 ml	Frasco
21	1500	Brometo de n-butiescopolâmina - solução oral gotas, frasco de 20 ml	Frasco
22	2000	Brometo de n-butiescopolâmina 6,67mg/ml com dipirona sódica 334,4mg/ml solução oral gotas, frasco com 20 ml	Frasco
23	200	Bromoprida 4mg/ml- solução oral - gotas frasco com 20ml	Frasco
24	2000	Bromoprida 5mg/ml solução injetável, ampolas de 2ml	Ampola
25	1000	Butilbrometo de escopolâmina 20 mg/ml, ampolas de 1ml	Ampola

Item	Quant.	Especificações dos Produtos	Unidade
26	2000	Butilbrometo de escopolâmina 4mg/ml com dipirona sódica 500mg/ml solução injetável, ampolas de 5ml	Ampola
27	5	Caneta para o aparelho de ECG	Unidade
28	1500	Captropil 25mg comprimido	Comprimido
29	300	Cedilanide 0,2 mg/ml	Ampola
30	50	Cefalexina suspensão oral 250mg/5ml	Frasco
31	2700	Cefalotina sódica 1g pó para solução injetável com diluente, ampolas mais 50 ampolas de diluente	Ampola
32	2500	Ceftriaxona sódica 1g injetável com diluente, ampolas mais 50 ampolas de diluente	Ampola
33	1000	Cetoprofeno 100 mg injetável	Ampola
34	1000	Cetoprofeno 50 mg/2ml injetável(solução im)	Ampola
35	1500	Ciprofloxacino 200mg frasco com 100ml (2mg/ml)	Ampola
36	2000	Ciprofloxacino 500mg - comprimido revestido	Comprimido
37	2000	Clindamicina 600mg - solução injetável	Ampola
38	20	Cloranfenicol 0,5% solução oftálmica frasco com 10 ml	Frasco
39	200	Cloreto de potássio 10% solução injetável ampolas de 10 ml	Ampola
40	200	Cloreto de potássio 6% - solução injetável	Ampola
41	400	Cloreto de sódio 10% - solução injetável ampolas de 10 ml	Ampola
42	400	Cloridrato de etilefrina 10 mg/1ml injetável	Ampola
43	2000	Cloridrato de metoclopramida 5 mg/ml - solução injetável, ampola de 2 ml	Ampola
44	1000	Cloridrato de prometazina 50mg/2ml - solução injetável, ampola de 2 ml	Ampola
45	2000	Cloridrato de ranitidina 25mg/ml - solução injetável ampolas de 2ml	Ampola
46	1000	Colagenese com clorafenicol pomada	Bisnaga
47	2500	Complexo B, polivitamínico, solução injetável com ampola de 5ml	Ampola
48	200	Deslanósido 0,2mg/ml, solução injetável com ampola de 5ml	Ampola
49	80	Dexametasona 0,5mg/5ml, elixir, frasco com 100ml	Frasco
50	2500	Dexametasona fosfato dissódico 2mg/ml, solução injetável com ampolas de 1 ml	Ampola
51	2000	Dexametasona fosfato dissódico 4mg/ml com solução injetável e ampolas de 2,5ml	Ampola
52	4000	Diclofenaco de sódio 75mg/3ml com solução injetável, estéril e apirogênica com ampolas de 3 ml	Ampola
53	1000	Digoxina 0,25mg	Comprimido
54	400	Dimeticona 75mg/ml, solução oral, gotas com frasco de 10 ml	Frasco
55	600	Dipirona 500mg/ml com frasco de 10ml em solução oral em gotas	Frasco
56	4000	Dipirona monoidratada com 500mg/ml em solução injetável e ampolas de 2ml	Ampola
57	400	Dobutamina cloridrato 250mg com solução injetável e ampola de 20 ml	Ampola
58	200	Dopamina cloridrato 5mg/ml com solução injetável e ampolas de 10ml	Ampola
59	20	Dropopizina 15mg/ml, xarope adulto, frasco de 100ml	Frasco
60	500	Epinefrina 1mg/ml com solução injetável	Ampola
61	200	Espironolactona 100mg	Comprimido
62	1000	Fitomenadiona (vitamina K), 10mg/ml com solução injetável, uso im e ampola de 1 ml	Ampola
63	2000	Furosemida 20mg/2ml com solução injetável	Ampola
64	1500	Furosemida 40mg/ml	Comprimido
65	1500	Glibenclamida 5mg	Comprimido
66	200	Glicerina supositório 500ml adulto	Ampola
67	200	Glicerina supositório 500ml infantil	Ampola
68	200	Glicose 20% uso endovenoso com ampolas de 10ml	Ampola

Item	Quant.	Especificações dos Produtos	Unidade
69	600	Glicose 25% com uso endovenoso e ampolas de 10ml	Ampola
70	600	Glicose 50% com uso endovenoso com ampolas de 10ml	Ampola
71	100	Heparina sódica 5000 ui/ml com frasco de 5ml	Ampola
72	400	Hidralazina 25mg/ml com solução injetável e ampolas de 1 ml	Ampola
73	1500	Hidroclorotiazida 25mg	Comprimido
74	1000	Hidrocortisona succinato sodico 100mg com pó liofilizado para uso injetável com diluente e ampola de diluente de 2 ml	Ampola
75	1000	Hidrocortisona succinato sódico 500mg em pó liofilizado para uso injetável com diluente e ampola de diluente de 2 ml	Ampola
76	100	Hidróxido de alumínio 200mg/5ml com hidróxido de magnésio 72mg/5ml mais dimeticona 25mg/5ml com suspensão oral e frasco de 100ML	Frasco
77	150	Ibuprofeno 20mg suspensão	Frasco
78	2000	Ibuprofeno 300mg comprimido	Comprimido
79	2000	Ibuprofeno 600mg comprimido	Comprimido
80	1000	Isossorbida dinitrato 10mg oral comprimido	Comprimido
81	1000	Isossorbida dinitrato 5mg sublingual comprimido	Comprimido
82	500	Ivermectina 6 mg comprimido	Comprimido
83	30	Lauril sulfato de sódio 0,05g mais sorbitol 70% 4,64g enema bisnaga 6,5g	Bisnaga
84	800	Lidocaína 2% com vaso constritor solução injetável frasco de 20ml	Ampola
85	800	Lidocaína cloridato 2% sem vaso constritor com solução injetável e frasco de 20 ml	Ampola
86	500	Lidocaína cloridrato geleia 2% bisnaga com 30g	Bisnaga
87	200	Loratadina 5mg/ml susp em frasco 100ml	Frasco
88	1500	Losartana potassica 50mg comprimido	Comprimido
89	150	Mebendazol 20mg/ml suspensão em frasco 30ml	Frasco
90	100	Meloxicam 15mg em ampola de 1,5ml	Ampola
91	2000	Metformina 500mg comprimido	Comprimido
92	2500	Metformina 850mg comprimido	Comprimido
93	500	Metildopa 250mg comprimido	Comprimido
94	150	Metoclopramida cloridrato 4mg/ml em solução oral gotas	Frasco
95	500	Metronidazol 250mg comprimido	Comprimido
96	600	Metronidazol solução injetável 5% com frasco de 100ml	Ampola
97	200	N-acetilcisteína 300mg com ampolas de 3ml	Ampola
98	100	Neocaina 0,5% pesada e injetável	Ampola
99	300	Neomicina com bacitracina em 0,5% com 250ui/g	Bisnaga
100	1500	Nifedipina 10mg cápsula	Cápsula
101	1000	Nimodipina 30mg comprimido	Comprimido
102	400	Nimodipina 10mg/50ml injetável	Ampola
103	50	Nistantina 100.000 ui/ml solução frasco 50ml	Frasco
104	1500	Norfloxaciná 400mg comprimidos revestidos	Comprimido
105	400	Ocitocina 5ui/ml solução injetável com ampola de 1ml	Ampola
106	150	Oleo mineral frasco com 100ml	Frasco
107	2000	Omeprazol 20mg cápsula	Cápsula
108	2000	Omeprazol 40mg injetável com sal sódico liofilizado com solvente, ampola de 40mg mais ampola de 10 ml de solvente	Ampola
109	2000	Oxacilina sódica 500mg em pó para solução injetável com ampolas mais diluente	Ampola
110	100	Óxido de zinco pomada	Bisnaga
111	200	Paracetamol 200mg frasco com 10ml	Frasco
112	2000	Paracetamol 500mg comprimido	Comprimido
113	2000	Penicilina cristalina 5.000.000ui-po para solução injetável com diluente	Ampola
114	1000	Penicilina procaína 300.00ui mais 100.00po mais dil	Ampola
115	300	Prednisolona xarope 3mg/ml	Frasco

Item	Quant.	Especificações dos Produtos	Unidade
116	1500	Prednisona 20mg comprimido	Comprimido
117	1000	Prednisona 5mg comprimido	Comprimido
118	400	Propranolol cloridrato 1mg/ml em ampolas de 1ml	Ampola
119	50	Pvpi - degermante(solução aquosa) - apresentar dados de identificação do produto, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro da anvisa	Litro
120	50	Pvpi - tópico(solução aquosa) apresentar dados de identificação do produto, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro da anvisa	Litro
121	2000	Ranitidina cloridrato 150mg comprimido	Comprimido
122	360	Ranitidina suspensão 150mg	Frasco
123	50	Salbutamol xarope 0,4mg/ml	Frasco
124	30	Salicilato de metila mais mentol com bisnaga de 20g	Bisnaga
125	800	Sinvastatina 10mg	Comprimido
126	800	Sinvastatina 20mg	Comprimido
127	800	Sinvastatina 40mg	Comprimido
128	200	Solução de glicerina a 12% com ampolas de 500ml	Ampola
129	2000	Soro ringer com lactato em ampolas de 500ml	Ampola
130	200	Sulcinilcolina 100mg injetável	Ampola
131	200	Sulfacetamida 100mg injetável	Bisnaga
132	50	Sulfacetamida sódica com trolâmina	Bisnaga
133	360	Sulfadiazina de prata pomada com 30g	Bisnaga
134	200	Sulfametoxazol com trimetropina 200mg e 40mg/5ml	Frasco
135	500	Sulfametoxazol com trimetropina 400mg/80mg em comprimido	Comprimido
136	800	Sulfato de atropina 0,25mg/ml solução injetável e ampolas de 1ml	Ampola
137	1400	Sulfato de gentamicina 40mg em solução injetável e ampolas de 2ml	Ampola
138	1400	Sulfato de gentamicina 80mg em solução injetável com ampolas de 10 ml	Ampola
139	200	Sulfato de magnésio 50% em solução injetável com ampolas de 10ml	Ampola
140	30	Vasilina sólida pomada uso tópico de 15g	Bisnaga
141	400	Verapamil 2,5mg/5ml injetável com ampolas de 2 ml	Ampola
142	400	Verapamil 5mg/5ml, injetável com ampolas de 2ml	Ampola
<b>Valor Total Estimado</b>			

#### LOTE II - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR

Item	Quant.	Especificações dos Produtos	Unidade
1	560	Abocat intravenoso nº14	Unidade
2	560	Abocat intravenoso nº16	Unidade
3	2060	Abocat intravenoso nº20	Unidade
4	2060	Abocat intravenoso nº22	Unidade
5	2060	Abocat intravenoso nº24	Unidade
6	560	Cateter para oxigênio modo óculos	Unidade
7	560	Catéter para oxigênio nº10	Unidade
8	100	Clamp umbilical	Unidade
9	1560	Dispositivo intravenoso nº19 - scalp, atóxico, apirogênico, descartável, uso único. Apresentar dados de identificação do produto, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação,	Unidade
10	1560	Dispositivo intravenoso nº21	Unidade
11	3060	Dispositivo intravenoso nº23	Unidade
12	2060	Dispositivo intravenoso nº25	Unidade

#### LOTE III - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR

**Prefeitura Municipal de Ipaporanga**

Rua Franklin José Vieira, nº 02 - Centro - Ipaporanga - Ceará.  
CEP: 62.215-000 / CNPJ: 10.462.364/0001-47 / Insc. Est.: 06.920.641-4.

Item	Quant.	Especificações dos Produtos	Unidade
1	1000	Agulha descartável 13x4,5mm tubo de aço inoxidável, estéril, embalada individualmente.	Unidade
2	5000	Agulha descartável 20x5,5mm, tubo de aço inoxidável, estéril, embalada individualmente.	Unidade
3	7000	Agulha descartável 25x7mm, tubo de aço inoxidável, estéril, embalada individualmente.	Unidade
4	7000	Agulha descartável 25x8mm, tubo de aço inoxidável, estéril, embalada individualmente.	Unidade
5	6000	Agulha descartável 40x12mm, tubo de aço inoxidável, estéril, embalada individualmente.	Unidade
6	2000	Agulha para coleta de sangue a vácuo 25x0,7mm(22g1)	Unidade
7	200	Agulha sterile needle 0,25mmx8mm 31gx5/16" com 100 unidades	Unidade
8	10000	Seringa de 1ml descartável com agulha de 13x4,5	Unidade
9	4000	Seringa de 3ml descartável	Unidade
10	10000	Seringa de 3ml descartável com agulha 20x5,5	Unidade
11	10000	Seringa de 3ml descartável com agulha 13x4,5	Unidade
12	6000	Seringa de 3ml descartável com agulha 25x07	Unidade
13	6000	Seringa de 5ml descartável	Unidade
14	6000	Seringa de 5ml descartável com agulha 25x07	Unidade
15	6000	Seringa de 10ml	Unidade
16	6000	Seringa de 10ml descartável com agulha 25x07	Unidade
17	6000	Seringa de 20ml descartável	Unidade
18	6000	Seringa de 20ml descartável com agulha 25x07	Unidade

**LOTE IV – MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**

Item	Quant.	Especificações dos Produtos	Unidade
1	50	Sonda de foley nº12	Unidade
2	50	Sonda de foley nº14	Unidade
3	150	Sonda de foley nº16	Unidade
4	50	Sonda de foley nº18	Unidade
5	50	Sonda de foley nº20	Unidade
6	50	Sonda de foley nº22	Unidade
7	50	Sonda de gastrostomia nº24	Unidade
8	50	Sonda de nasogástrica curta nº10	Unidade
9	50	Sonda nasogástrica longa nº14	Unidade
10	50	Sonda nasogástrica longa nº18	Unidade
11	50	Sonda nasogástrica curta nº12	Unidade
12	50	Sonda nasogástrica curta nº14	Unidade
13	50	Sonda nasogástrica curta nº16	Unidade
14	50	Sonda nasogástrica curta nº18	Unidade
15	50	Sonda nasogástrica longa nº12	Unidade
16	50	Sonda nasogástrica longa nº16	Unidade
17	100	Sonda uretral nº04	Unidade
18	100	Sonda uretral nº06	Unidade
19	80	Sonda uretral nº06 (alívio)	Unidade
20	100	Sonda uretral nº08	Unidade
21	80	Sonda uretral nº08 (alívio)	Unidade
22	100	Sonda uretral nº10	Unidade
23	80	Sonda uretral nº10(alívio)	Unidade
24	100	Sonda uretral nº12	Unidade
25	80	Sonda uretral nº12 (alívio)	Unidade
26	100	Sonda uretral nº14	Unidade
27	80	Sonda uretral nº14 (alívio)	Unidade
28	80	Sonda uretral nº16 (alívio)	Unidade
29	5	Tubo endotraqueal tamanho 3,0	Unidade
30	5	Tubo endotraqueal tamanho 4,5	Unidade

Item	Quant.	Especificações dos Produtos	Unidade
31	10	Tubo endotraqueal tamanho 7	Unidade
32	10	Tubo endotraqueal tamanho 7,5	Unidade
33	5	Tubo endotraqueal tamanho 8,0	Unidade
34	200	Tubo para coleta de sangue a vácuo (gel) 4ml plástico	Unidade
35	200	Tubo para coleta de sangue a vácuo (k3 edta) 4ml - plástico	Unidade
36	200	Tubo para coleta de sangue a vácuo (siliconizado) 4ml - plástico	Unidade

#### LOTE V - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR

Item	Quant.	Especificações dos Produtos	Unidade
1	500	Algodão hidrófilo absorvente.	Rolo
2	2000	Atadura de crepom 13 fios, 20cmx3m com 12 unidades.	Pacote
3	3600	Compressa de gaze 7,5cmx7,7cm em pacotes com 500unid.	Pacote
4	10	Compressa de gaze cirúrgica campo operatório não estéril 25x28cm pacote c/	Unidade
5	10	Compressa de gaze cirúrgica campo operatório não estéril 45x50cm pacote c/	Unidade
6	100	Compressa de gaze cirúrgica campo operatório não estéril 7,5x7,5cm pacote c/ 50 unid	Pacote
7	1500	Esparadrapo 5cm por 4,5m "M" impermeável, 100%algodão	Rolo
8	1080	Esparadrapo 10cmx4,5m "G" impermeável, 100%algodão	Rolo
9	600	Gaze em rolo 500g 91x91cm	Rolo
10	10	Gaze hidrófila em rolo "tipo queijo".	Rolo

#### LOTE VI - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR

Item	Quant.	Especificações dos Produtos	Unidade
1	20	Lâmina para bisturi nº12, caixa com 100 unidades	Caixa
2	20	Lâmina para bisturi nº15, caixa com 100 unidades	Caixa
3	20	Lâmina para bisturi nº22, caixa com 100 unidades	Caixa
4	20	Lâmina para bisturi nº23, caixa com 100 unidades	Caixa
5	20	Lâmina para bisturi nº11, caixa com 100 unidades	Caixa
6	20	Lâmina para bisturi nº10, caixa com 100 unidades	Caixa
7	10	Lâmina ponta fosca com 50 unidades	Caixa

#### LOTE VII - FITAS E FIXADOR

Item	Quant.	Especificações dos Produtos	Unidade
1	250	Fita adesiva branca para autoclave de 19mmx50m	Unidade
2	200	Fita cirúrgica micropore 5cmx10m	Rolo
3	200	Fita adesiva hospitalar 16mmx50m	Unidade
4	200	Fita teste para autoclave	Unidade
5	10	Fixador para esfregaço acelular em lâmina	Frasco

#### LOTE VIII - SAIS DE REIDRATAÇÃO E SORO

Item	Quant.	Especificações dos Produtos	Unidade
1	70	Sais de reidratação oral	Caixa
2	3000	Soro fisiológico 0,9% - 100ml, ampolas de 100ml	Ampola
3	3000	Soro fisiológico 0,9% - 250ml, ampolas de 250ml	Ampola
4	4200	Soro fisiológico 0,9% - 500ml, ampolas de 500ml	Ampola
5	4000	Soro glico fisiológico 1:1 - 500ml, ampolas de 500ml	Ampola
6	4000	Soro glicosado 5% - 500ml, ampolas de 500ml	Ampola
<b>Valor Total Estimado</b>			

**1.1. Justificativa de Julgamento por Lote.** A Administração deste Município, por intermédio de seu Pregoeiro busca sempre confeccionar editais com base nas solicitações elaboradas pela Secretaria de Saúde do Município, que é diretamente responsável pela gerência das compras, as quais devem definir de maneira precisa o que realmente contempla o interesse público, verificando-se ainda sua conformidade com os ditames legais.

Os editais devem sempre buscar a proposta mais vantajosa e evitar a redução do universo de participantes do procedimento licitatório, preservando, portanto, o referido interesse público.

1.1.1. Ocorre que, se por um lado, a Administração não pode restringir em demasia o objeto a ser contratado sob pena de frustrar a competitividade, por outro, não podemos definir o objeto de forma excessivamente ampla, podendo, neste caso, os critérios para julgamento das propostas falecerem, em virtude da própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público.

1.1.2. Assim podemos concluir que a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são discricionárias, competindo ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a aquisição.

1.1.3. No presente caso, a Administração, lançando-se do poder discricionário que tem, permitiu que para o certame exista um vencedor para cada lote, contendo os itens agrupados. Não entendemos que o agrupamento de diversos itens em um lote irá comprometer a competitividade do procedimento. Acreditamos inclusive que tal agrupamento irá resultar em considerável ampliação da competitividade, pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha a celebrar contratos mais vantajosos, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência dos contratos administrativos.

1.1.4. A Administração, com essa decisão justificada, visa aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todas as peças licitadas, bem como facilitar e otimizar a gestão do contrato, pois caso os itens sejam divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles poderá comprometer todo o planejamento visando atender aos munícipes que dependem da rede pública de saúde, junto a esta Administração Municipal.

1.1.5. Importante salientar ainda que esta Administração pretende adquirir produtos objeto da presente licitação que no seu contexto geral são da mesma natureza, tendo a certeza que aglutinando os itens em lotes distintos poderá gerar aos licitantes ganhadores uma maior economia de escala que, certamente, será traduzida em menores preços em sua proposta global. Sobre este tema, podemos citar a obra "Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos", vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:

"(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio)".

1.1.6. Assim, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar o critério de julgamento e divisão por lotes, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.

**2. Justificativa:** Justifica-se a aquisição dos produtos objeto desta licitação, devido a necessidade de atender os munícipes que dependem dos serviços de saúde pública, através da Secretaria de Saúde do Município de Ipaporanga. Dessa forma, o suprimento adequado dos itens incluídos no presente Termo de Referência é indispensável à assistência e o tratamento dos pacientes assistidos pelas unidades de saúde.



**2.1.** Considerando ainda, que as quantidades apresentadas são estimativas da Secretaria de Saúde e que somente será pago aquela quantidade que formalmente for solicitada e fornecida determina que seja realizado licitação na modalidade Pregão.

**3. Resultados Esperados:** Atender adequadamente as pessoas carentes do município que buscam atendimento nas unidades de Saúde (Hospital Municipal e PSF's da Sede e Distritos).

**4. Classificação dos Bens Comuns:** O objeto do presente TERMO DE REFERÊNCIA revela-se como bem comum nos termos da Lei nº 10.520/2012, considerando que os padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

**5. Da Entrega dos Bens Licitados:** O fornecimento dos bens licitados se dará mediante expedição de ORDENS DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, por parte da administração ao licitante vencedor, que poderão englobar integralmente os quantitativos e/ou bens objeto de forma fracionada, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Secretaria de Saúde.

5.1. A ordem de compra/autorização de fornecimento emitida conterá o produto pretendido e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do Registro no seu endereço físico, ou enviada via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou da própria Ata de Registro de Preços.

5.2. Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de compra/autorização de fornecimento, o fornecedor deverá fazer a entrega do produto no local designado pela Contratante, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega dos bens.

5.3. O aceite dos bens pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos bens entregues.

5.4. Poderão ser firmados contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei nº 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

## **6. DA HABILITAÇÃO**

### **6.1. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS DA SEGUINTE FORMA:**

6.1.1. Obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação referente à regularidade fiscal.

6.1.2. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

6.1.3. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em português, firmada por tradutor juramentado.

6.1.4. Dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do



o prazo de validade, este deverá ser acompanhado da declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

**6.2.** Os documentos de habilitação serão os seguintes:

### **6.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**6.2.1.1. REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa pessoa física, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

**6.2.1.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

**6.2.1.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

**6.2.1.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

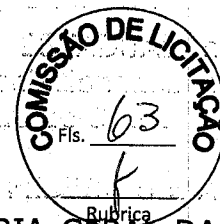
**6.2.1.5. REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- a. Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;
- b. Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa, (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- c. Ata de fundação da cooperativa;
- d. Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- e. Regimento interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- f. Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- g. Editais das 03 últimas assembleias gerais extraordinárias.

### **6.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**6.3.1. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL** da sede ou filial do licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

- a. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À



DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

b. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO.

c. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO.

6.3.2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

6.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, emitida na forma da Lei nº 12.440/2011.

#### **6.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

6.4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, fornecido mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, com firma reconhecida de quem atestou, nos quais conste declaração de êxito em serviços executados de mesma natureza do objeto da presente licitação.

6.4.2. Autorização de Funcionamento Federal (especial)– AFE emitida pela ANVISA;

6.4.3. Autorização de Funcionamento Federal (comum)– AFE emitida pela ANVISA;

6.4.4. Autorização de Funcionamento Federal (correlato)– AFE emitida pela ANVISA;

#### **6.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

6.5.1. Balanço Patrimonial, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário devidamente assinados por contabilista habilitado responsável e pelo representante da empresa autenticado pelo órgão competente;

6.5.1.1. sociedades constituídas há menos de um ano poderão participar do certame apresentando o balanço de abertura (observada a alínea a1), assinado por contabilista habilitado e pelo representante da empresa;

6.5.2. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, de sua sede, caso sua sede não seja no Estado do Ceará, a certidão deverá vir acompanhada de declaração da autoridade judiciária competente, informando o Cartório Distribuidor da sua Comarca;

#### **6.6. OUTROS DOCUMENTOS**

6.6.1. Documento de Identificação com foto do responsável legal ou signatário da proposta.

6.6.2. ALVARÁ de funcionamento, expedido pelo Município da sede da licitante.

6.6.3. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ atualizado;

6.6.4. Cadastro Geral da Fazenda - CGF atualizado;

6.6.5. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio sede do licitante;

6.6.6. **Declaração**, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; **Declaração** que até a presente data não foi declarada inidônea; **Declaração** de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame; **Declaração** que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; **Declaração** de Elaboração Independente de Proposta; **Declaração** que concorda e sujeita-se com as condições e teor estabelecidos no edital; **Declaração** de cumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme ANEXOS II e III deste edital, **com firma reconhecida do proprietário ou sócio administrador da licitante**

6.7. As Certidões que não contemplarem de forma expressa a sua validade, será considerado como prazo de validade dos mesmos o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da sua emissão.

**7. Do Prazo e Local De Entrega:** Os bens licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da expedição da ORDEM DE COMPRA-FORNECIMENTO pela administração, no local determinado na ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

7.1. Os bens deverão obedecer a um cronograma de entrega, a partir das características que se apresentam, nos quantitativos discriminados na ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

7.1.1. Os bens serão recebidos por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

7.1.2. Por ocasião da entrega dos bens, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias, além das respectivas faturas e Nota Fiscal.

7.1.3. No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital e na Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

7.1.4. - Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.

7.2. Os bens licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

- d) aceitar, nas mesmas condições do registro de preços, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do registro, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- e) a entrega dos bens deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

## **8. Das Obrigações da Contratada**

8.1. A manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação e ainda deverá entregar o objeto licitado de acordo com o que ficou estabelecido e ainda:

a) Executar o fornecimento dos bens licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, nesta Ata e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida.

b) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento.

c) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

e) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contrato deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

f) Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) máximas do(s) material(is) no Anexo I, de acordo com o artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Município; aceitar nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do §1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

g) Entregar os bens de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO.

h) Comunicar antecipadamente a data e horário de entrega, não sendo aceitos os bens que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

j) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento do bem, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata.

k) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

l) Comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

m) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte o objeto recusado pela

... de qualquer alteração ocorrida... endereço...  
... estabelecimento de correspondência...  
... para o MUNICÍPIO, no prazo de...  
... (vinte e quatro) horas úteis...  
administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Termo de Referência, no Edital ou na Proposta do Contratado, ou, quando for o caso, da amostra/protótipo, com o material entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

n) Providenciar no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, por sua conta e sem ônus para o MUNICÍPIO, a correção ou substituição, dos bens que apresentem defeito durante o período de garantia.

o) Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de garantia, que não poderá ser inferior a **12 (doze) meses**.

p) Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto desta ata.

q) Manter seus empregados, quando nas dependências do MUNICÍPIO, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4.

r) Arcar com as despesas com seguro e transporte até o(s) local(is) de entrega.

s) Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

**8.2. São responsabilidades do Fornecedor ainda:**

a) Toda e qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

b) Toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do fornecimento, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

8.2.1. O fornecedor detentor do registro autoriza o MUNICÍPIO a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

8.2.2. A ausência ou omissão da fiscalização do MUNICÍPIO não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas.

**8.3. Todo o material/objeto deverá ser comprovadamente de primeira qualidade não sendo admitido, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado ou recondicionado.**

8.4. A falta de quaisquer dos bens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objetos deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

**9. Das Obrigações do Contratante:** Exigir o fiel cumprimento do Edital e Contrato, bem como receber o objeto nas condições contratadas, realizado os pagamentos nos prazos devidos e ainda:

a) Indicar o local e horários em que deverão ser entregues os bens;

- b) Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Termo e Ata de Registro de Preços;
- d) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permaneçam compatíveis com os praticados no mercado.
- e) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

## **10. Da Subcontratação:**

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **11. Da Alteração Subjetiva:**

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato

## **12. Da Fiscalização.**

12.1. A fiscalização da entrega dos produtos será exercida por um representante da CONTRATANTE, especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº8.666/1993 aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

12.1.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto fornecido, se em desacordo com o contrato.

12.1.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

12.1.3. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

## **13. Do Preço, do Pagamento, Reajuste e Reequilíbrio**

13.1. PREÇOS: Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, direitos autorais, deslocamentos de pessoal e material, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a aquisição dos produtos licitados, inclusive a margem de lucro.

13.2. O (s) pagamento (s) ao (s) vencedor (es) será (ão) efetuado (s) através de Ordem Bancária, entregue ao contratado ou representante do contratado após a apresentação das respectivas faturas, notas fiscais, as certidões de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), através da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Negativa de Débitos Municipais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e recibos à tesouraria, correspondentes aos produtos fornecidos de acordo com o contrato.

13.2.1. O prazo para pagamento será realizado até 15 (quinze) dias após a apresentação dos documentos citados no item anterior, conforme preceituado na alínea a, do inciso XIV, do Art. 40, da Lei nº 8.666/93.

13.2.2. Para execução do pagamento, a Contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome e com o CNPJ correspondente ao da Secretaria solicitante, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência;

13.2.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Ipaporanga.

13.2.4 Os pagamentos ao Contratado serão efetuados após a constatação da entrega do objeto da licitação, cabendo a Prefeitura Municipal de Ipaporanga realizar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13.3. REAJUSTE: Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

13.4. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

#### **14. Das Sanções Para o Caso De Inadimplemento.**

14.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplência de suas obrigações, definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das seguintes sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência.
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do licitante em assinar o instrumento contratual em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.
- d) Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na execução do serviço, sobre o valor do contrato.
- d) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do serviço; desistência de entregar o material ou realizar o serviço.
- e) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

14.2. O valor da multa aplicada será deduzida pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento, momento em que a Tesouraria da Prefeitura, comunicará à CONTRATADA.

14.3. Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA ficará



obrigada a recolher a multa por meio de depósito em Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Ipaporanga (o número da Conta será informado pela Tesouraria da Prefeitura de Ipaporanga). Se não o fizer, será encaminhado à Procuradoria Jurídica para cobrança e processo de execução.

14.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

Ipaporanga/Ce, 06 de fevereiro de 2020.

**Maria Clara Wylany Brandão Pinto**  
Ordenadora de Despesas do FMS  
Portaria nº 16030102/2016

**Maria Clara Wylany Brandão Pinto**  
Ordenadora de Despesas do Fundo  
Municipal de Saúde

**Maria Clara Wylany Brandão Pinto**  
Ordenadora de Despesas do FMS  
Portaria nº 16030102/2016



**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÕES**  
**DE HABILITAÇÃO**

**Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/20/PE-SS - SRP.**

Em cumprimento as determinações da Lei, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito sob o CPF nº \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_, para fins de participação no referido processo que:

1. Declaramos, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2. Declaramos que até a presente data não fomos declaradas;

3. Declaramos que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame;

4. Declaramos que recebemos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

5. Declaramos que concordamos e sujeitamo-nos com as condições e teor estabelecidos no edital;

6. Declaramos para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal de 05/10/1988.

*Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal: "... proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".*

Localidade(UF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Nome do declarante

Identidade do Representante legal da empresa

(Razão Social)

CNPJ

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/20/PE-SS - SRP.**

\_\_\_\_\_ (representante do licitante), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, como representante devidamente constituído de \_\_\_\_\_ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, doravante denominado licitante, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade (UF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Assinatura do proponente

Representante legal

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/20/PE-SS - SRP**

**ANEXO - IV**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

À  
Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipaporanga.

Ref. Pregão Eletrônico nº 07/20/PE-SS - SRP.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores e às cláusulas e condições do Edital de Licitação tipo Pregão Eletrônico Nº 07/20/PE-SS - SRP.

Declaramos ainda que não possuímos nenhum fato que nos impeça de participar da mencionada licitação e assumimos o compromisso de bem e fielmente fornecer o objeto cotado no ANEXO I, caso sejamos vencedores na presente licitação.

LOTE						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	P. Unit.	P. Total
1						
2						
3						
4						
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b> .....						

Importa a presente proposta para o Lote - \_\_\_\_, o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (VALOR POR EXTENSO).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da apresentação da proposta.

Prazo de Entrega: Até 03 (três) dias úteis e de acordo com a ordem de compra expedida.

(Local e data): 07/20/2010 - IPAPORANGA - CE

Assinatura do Proponente  
NOME COMPLETO CPF

## ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° \_\_\_\_\_/2020**  
**PROCESSO N° 07/20/PE-SS.**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 07/20/PE-SS - SRP**  
**VALIDADE: 12 (doze) meses**

**O MUNICÍPIO DE IPAPORANGA**, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede à Rua Augusto Evaristo, s/nº, Centro, Ipaporanga/Ce, inscrita no CNPJ/MF nº 11.924.674/0001-07, neste ato representada pela Excelentíssima Ordenadora de Despesas, Sra. Maria Clara Wylany Brandão Pinto, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº 2004005007821 SSP/CE e inscrita no CPF/MF sob nº 049.629.513-60, residente e domiciliada na Rua João do Carmo, s/nº, Centro, Ipaporanga, Estado do Ceará, doravante denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e de outro lado a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob nº ....., à Rua/Av. ...., nº ....., Bairro ....., CEP: ....., no Município de ....., Estado de ....., representada neste ato por seu(sua) ....., Sr(a). ...., (Nacionalidade), (Profissão), portador(a) do RG nº ..... e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ....., residente e domiciliado(a) à Rua ....., nº ....., Bairro ....., CEP: ....., no Município de ....., Estado de ....., doravante denominada de **DETENTORA**, têm entre si justo e acertado **REGISTRAR OS PREÇOS** do objeto abaixo especificado, decorrente da Licitação **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 07/20/PE-SS - SRP**, com fundamento da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e pela Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações posteriores, e Decreto Municipal nº 16122901/2016, mediante cláusulas a seguir especificadas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços tipo menor preço por lote para aquisição eventual e parcelada de material hospitalar, laboratorial, odontológico e raio-x, conforme especificações e quantidades máximas descritas em Anexo I do Edital, mediante Pregão Eletrônico nº 07/20/PE-SS - SRP, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com as propostas das licitantes vencedoras, independentemente de transcrição..

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 - O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2 - A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

2.3 - As quantidades previstas no Anexo I - Especificações dos Produtos são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3.1 - O gerenciamento da presente Ata caberá ao Ordenador de Despesas da SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura Municipal de Ipaporanga, na forma que a lei estabelece.

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.**

4.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada pela SECRETARIA DE SAÚDE, na condição de órgão gerenciador e pelas demais Unidades Administrativas, ambas, da Prefeitura Municipal de Ipaporanga, na condição de órgãos participantes, e por qualquer outro órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta a SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura Municipal de Ipaporanga, desde que devidamente comprovada a vantagem.

4.2- Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de preços deverão manifestar o seu interesse junta a SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura Municipal de Ipaporanga, que indicará as possíveis licitantes e respectivos preços registrados.

4.3- Caberá a empresa adjudicatária beneficiária da Ata de Registro de Preços, observada as condições nela estabelecidas, optar ou não pelo fornecimento dos produtos, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.4- As aquisições adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

4.5- A existência de preços registrados não obriga aos órgãos ou entidades Participantes, a adquirir o objeto licitado, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### **CLAUSULA QUINTA - DO PREÇO E ESPECIFICAÇÃO**

5.1. Os preços ofertados, especificações, quadro classificatório com preços propostos das licitantes, da empresa vencedora e das que se dispuserem a ter seus preços registrados ao preço da primeira colocada, empresa(s) e representante(s) legal(ais), encontram-se enunciados, em anexo, na presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA;** Os bens licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da expedição da ORDEM DE COMPRA-FORNECIMENTO pela administração, no local determinado na ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

6.1. Os bens deverão obedecer a um cronograma de entrega, a partir das características que se apresentam, nos quantitativos discriminados na ORDEM DE COMPRA/ AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

6.1.1. Os bens serão recebidos por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

6.1.2. Por ocasião da entrega dos bens, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias, além das respectivas faturas e Nota Fiscal.

6.1.3. No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital e na Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

6.1.4. Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.

**6.2.** Os bens licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e

municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

- a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- c) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- d) aceitar, nas mesmas condições do registro de preços, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do registro, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- e) a entrega dos bens deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

7.1 – As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no instrumento convocatório, nesta ata e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 – As contratações dos bens registrados neste instrumento serão efetuadas através de Ordem de Fornecimento, emitida pela Administração Municipal, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3 – Poderão também ser firmados termos de contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei nº 8.666/93, inclusive quanto as prorrogações, alterações e rescisões.

7.4 – Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO a firmar qualquer contratação, nem mesmo nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

7.5 – A Ordem de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Município no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

7.6 – Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Ordem de Fornecimento, sem prejuízo das respectivas sanções aplicáveis, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO**

8.1. **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, direitos autorais, deslocamentos de pessoal e material, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a aquisição dos produtos licitados, inclusive a margem de lucro.

8.2. O (s) pagamento (s) ao (s) vencedor (es) será (ão) efetuado (s) através de Ordem Bancária, entregue ao contratado ou representante do contratado após a apresentação das respectivas faturas, notas fiscais, as certidões de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), através da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço



(FGTS), Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Negativa de Débitos Municipais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e recibos à tesouraria, correspondentes aos produtos fornecidos de acordo com o contrato.

8.2.1. O prazo para pagamento será realizado até 15 (quinze) dias após a apresentação dos documentos citados no item anterior, conforme preceituado na alínea a, do inciso XIV, do Art. 40, da Lei nº 8.666/93.

8.2.2. Para execução do pagamento, a Contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome e com o CNPJ correspondente ao da Secretaria solicitante, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência;

8.2.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Ipaporanga.

8.2.4 Os pagamentos ao Contratado serão efetuados após a constatação da entrega do objeto da licitação, cabendo a Prefeitura Municipal de Ipaporanga realizar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

8.3. REAJUSTE: Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

8.4. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

9.1. A manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação e ainda deverá entregar o objeto licitado de acordo com o que ficou estabelecido e ainda:

a) Executar o fornecimento dos bens licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, nesta Ata e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida.

b) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento.

c) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

e) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do



na execução do fornecimento, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao **MUNICÍPIO**, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

9.2.1. O fornecedor detentor do registro autoriza o **MUNICÍPIO** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.2.2. A ausência ou omissão da fiscalização do **MUNICÍPIO** não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta Ata.

9.3. Todo o material/objeto deverá ser comprovadamente de primeira qualidade não sendo admitido, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado ou recondicionado.

9.4. A falta de quaisquer dos bens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objetos deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

10.1. Exigir o fiel cumprimento do Edital e Contrato, bem como receber o objeto nas condições contratadas, realizado os pagamentos nos prazos devidos e ainda:

- a) Indicar o local e horários em que deverão ser entregues os bens;
- b) Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Termo e Ata de Registro de Preços;
- d) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permaneçam compatíveis com os praticados no mercado.
- e) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DA ATA**

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações

11.2 - O Preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a **SECRETARIA DE SAÚDE** da Prefeitura Municipal de Ipaporanga promover as necessárias negociações junta às licitantes.

11.3 - Quando o Preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao Preço praticado no mercado, a **SECRETARIA DE SAÚDE** da Prefeitura Municipal de Ipaporanga convocará a licitante visando a negociação para redução de Preços e sua adequação ao praticado no mercado.

11.4 - Frustrada a negociação, a licitante será liberada do compromisso assumido e a **SECRETARIA DE SAÚDE** da Prefeitura Municipal de Ipaporanga convocará as demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

11.5 - Quando o Preço de mercado se tornar superior aos Preços registrados e a licitante não puder cumprir o compromisso, deverá apresentar a **SECRETARIA DE SAÚDE** da Prefeitura Municipal de Ipaporanga requerimento com as devidas justificativas e comprovações acerca do assunto.

11.6 - A SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura Municipal de Ipaporanga, após análise do requerimento, poderá liberar a licitante do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso confirmada a veracidade justificativas e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

11.7 - Ocorrendo a liberação da licitante conforme o item acima, a SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura Municipal de Ipaporanga convocará as demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

11.8 - Não havendo êxito nas negociações, a SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura Municipal de Ipaporanga procederá com a revocação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de ajuste mais vantajoso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1 - A SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura Municipal de Ipaporanga poderá cancelar o registro de preços, sem prejuízo das sanções cabíveis:

12.1.1 - Quando a Licitante:

a) Não mantiver, ou deixar de comprovar que mantém as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

b) Não atender, ou atender parcialmente, os preços e as condições estipuladas;

c) Reincidir em faltas no cumprimento das obrigações que decorrerem do Edital e da Ata de Registro de Preços;

d) Recusar-se a revisão de preços proposta pela SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura Municipal de Ipaporanga, com o intuito de adequá-los aos praticados no mercado;

e) Demonstrar, comprovadamente, a impossibilidade de atender as solicitações de fornecimento em razão dos preços registrados, pela indisponibilidade do bem no mercado, ou, ainda, em decorrência de caso fortuito ou força maior.

12.1.2 - Quando a SECRETARIA DE SAÚDE da Prefeitura Municipal de Ipaporanga adotando as medidas cabíveis para obtenção de ajuste mais vantajoso.

a) Verificar que os preços praticados no mercado são mais vantajosos no que se refere ao subitem 12.4 deste edital;

b) Entender, motivadamente, conveniente e oportuno por razões de interesse público;

c) Constatar fato impeditivo a manutenção dos preços registrados.

12.2 - A licitante poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do ajustado, decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13.1 - Na hipótese de descumprimento, por parte do Fornecedor, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementam, serão aplicadas, sem prejuízos das sanções previstas nas Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

13.1.1 - Se o Fornecedor ensejar o retardamento de entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Ipaporanga e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Ipaporanga pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais::

a) Advertência.

- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do licitante em assinar o instrumento contratual em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.
- c) Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na execução do serviço, sobre o valor do contrato.
- d) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de: atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do serviço; desistência de entregar o material ou realizar o serviço.
- e) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

13.2 - O valor da multa aplicada será deduzida pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento, momento em que a Tesouraria da Prefeitura, comunicará à CONTRATADA.

13.3 - Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA ficará obrigada a recolher a multa por meio de depósito em Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Ipaporanga (o número da Conta será informado pela Tesouraria da Prefeitura de Ipaporanga). Se não o fizer, será encaminhado à Procuradoria Jurídica para cobrança e processo de execução.

13.4 - Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrarem o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Prefeitura pelo infrator:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar. De contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade do direito de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação pela própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.5 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS**

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legamente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas nos respectivos orçamentos municipais vigente, em favor da Secretaria Municipal interessada, à época da expedição das competentes ordens de compra/autorização de fornecimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

16.1.2 - Integram esta Ata os seus Anexos, o Edital de Pregão Eletrônico que lhe deu origem e seus anexos, e as propostas das empresas classificadas por item.



Governo Municipal  
**IPAPORANGA**



16.1.3- É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

16.2- O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas disposta no artigo 58 da Lei 8.666/93, alterada e consolidada.

16.3- A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

16.4- O CONTRATADO, na execução do fornecimento, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

17.1- O foro da Comarca de Ipaporanga é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no §2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preços, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Ipaporanga-Ce, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Prefeitura Municipal de Ipaporanga  
**CONTRATANTE**  
\_\_\_\_\_  
Ordenador(a) de Despesas do Fundo  
Municipal de Saúde

\_\_\_\_\_  
Empresa  
**CONTRATADA**  
\_\_\_\_\_  
Representante  
CPF: \_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF: \_\_\_\_\_